



Feminismo e Luta das Mulheres

ANÁLISES E DEBATES



Feminismo e Luta das Mulheres

A N Á L I S E S E D E B A T E S

Publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista

Organização e edição dos textos

Alessandra Terribili, Nalu Faria e Sônia Coelho

Jornalista responsável

Fernanda Estima (MTB 25075)

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Ilustrações

Biba Rigo

Tiragem

3 mil exemplares

Impressão

Fabracor

Apoio para esta publicação

ICCO

SOF Sempreviva Organização Feminista

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros

São Paulo/SP – cep 05417-080

fone/fax: (11) 3819-3876

endereço eletrônico: sof@sof.org.br

página eletrônica: www.sof.org.br

São Paulo, novembro de 2005

S664 SOF-SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA
Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates. Miriam Nobre; Nalu Faria; Maria Lúcia Silveira. SOF: São Paulo, 2005.
70 p.

1. Feminismo I. Miriam Nobre II. Nalu Faria III. Maria Lúcia Silveira

CDD 396

Apresentação	5
O direito das mulheres a seu corpo <i>Miriam Nobre</i>	7
Exclusão e mulheres na América Latina <i>Nalu Faria</i>	15
Para a erradicação da violência doméstica e sexual <i>Nalu Faria</i>	23
Gênero e políticas públicas <i>Nalu Faria</i>	31
Relações de gênero e agricultura familiar <i>Miriam Nobre</i>	39
Razões das mulheres para dizer não aos transgênicos <i>Miriam Nobre</i>	51
8 de março: em busca da memória perdida <i>Maria Lúcia Silveira</i>	61

A SOF tem como missão a construção do feminismo com uma visão de transformação global do mundo e das relações de opressão e dominação. Isso significa que nossa ação é parte da construção dos movimentos sociais.

Nesse percurso, combinamos o trabalho de articulação, mobilização, construção de análises e reflexão teórica com prioridade para formação e difusão do feminismo. Esse tem sido o objetivo de apoiar processos de formação e reflexão em geral. Queremos também que seja um instrumento de difusão de parte da reflexão que construímos ao longo dos anos.

Na nossa avaliação, o momento atual nos exige seguir trabalhando temas presentes desde os primeiros anos da retomada do feminismo no Brasil, na segunda metade dos anos 1970. Mas, ao mesmo tempo, é necessário mostrar a reflexão de como o retrocesso ideológico dos anos 1990 aprofundou os velhos e trouxe novos desafios. Essa questão está abordada nos textos sobre violência, direito ao corpo e exclusão das mulheres na América Latina. O tema da violência tem, nos últimos anos, uma nova força de mobilização a partir da ação de vários movimentos de mulheres do campo.

No Brasil, a partir da adesão à Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas tem levado esse debate para o conjunto das ações dos movimentos que organiza: sindicalistas da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MMTR-NE (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste), Conselho Nacional dos Seringueiros e outros. As mulheres da Via Campesina, que já vinham trabalhando o tema em alguns de seus movimentos, como por exemplo, o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, recentemente decidiu lançar uma campanha internacional de combate à violência sexista.

Um outro bloco trata justamente do tema do campo, sendo que o artigo sobre gênero e agricultura familiar traz o debate das relações de gênero na agricultura, tendo como centro da análise a divisão sexual do trabalho. O segundo artigo em relação a esse tema trata dos transgênicos, e por que as mulheres dizem não a eles. A luta contra os transgênicos é estratégica para o enfrentamento do modelo de dominação capitalista hoje, e essa resistência é feita por vários movimentos do campo que constroem sua alternativa a partir da proposta de soberania alimentar. As mulheres da Via Campesina são, hoje, as protagonistas da campanha Sementes são Patrimônio da Humanidade.

Outro tema abordado é em relação às políticas públicas. O artigo aborda critérios gerais para se pensarem políticas públicas que contribuam para a construção da igualdade entre homens e mulheres.

Este livro reúne seis artigos que já foram publicados em outros veículos. Alguns estão esgotados, outros têm circulação restrita. A exceção é apenas o último, sobre a história do 8 de março, que, até agora, esteve disponível apenas no sítio eletrônico da SOF. O texto faz um resgate da luta das mulheres trabalhadoras e chama atenção para várias referências históricas que contribuíram para ações políticas das mulheres socialistas no mundo, colocando em xeque a versão mais conhecida da origem do Dia Internacional da Mulher: operárias queimadas em uma fábrica de Nova Iorque.

Esperamos com este material difundir nossa visão feminista e apresentar temas diversos, demonstrando que o feminismo deve estar em todos os lugares, deve ter opinião e posição sobre as mais variadas problemáticas que surgem ou renascem em nossas sociedades.

São Paulo, novembro de 2005.

As Semprevivas.



O direito das mulheres a seu corpo

Miriam Nobre

A expressão “nosso corpo nos pertence” tem sido uma das bandeiras centrais do movimento feminista desde os anos 1970. Ela expressa a vontade de autonomia das mulheres, de ter desejos e exercê-los sem o controle dos homens de sua família, do Estado ou das instituições religiosas. Ela recobre o questionamento à imposição de padrões de beleza, de normas na sexualidade e na reprodução. Aparentemente, a mudança de costumes, a maior presença das mulheres na vida pública e avanços tecnológicos como a pílula anticoncepcional teriam feito desta bandeira uma realidade. Mas para quantas? E por quanto tempo? Qual a atualidade do debate em relação ao direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo?

O que temos visto nos últimos anos é que as pressões dos homens, das instituições religiosas e do Estado se somam às ofertas e exigências do mercado. O mercado se apropria de elementos tradicionais da construção do gênero feminino, como

sua identidade relacionada ao outro num movimento permanente de tentar agradá-lo, a maternidade e a prostituição.

Vende-se um corpo perfeito

Os meios de comunicação, e a publicidade em particular, constroem o imaginário da mulher perfeita através do corpo perfeito. Uma mulher jovem, loira, magra, alta, de seios voluptuosos, de cabelos longos.

Seios grandes podem ser comprados em mililitros de silicone. Segundo o secretário geral da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, a quantidade de adolescentes que colocam prótese de silicone aumentou 300% nos últimos dez anos. Nessa reportagem, uma jovem comentava sua cirurgia: “meus pais não queriam deixar, mas o corpo é meu, não é deles”.

Seria uma leitura simplista associar a fala desta jovem à bandeira “nosso corpo nos pertence”, pois seria desconsiderar a máquina que move o negócio da cirurgia plástica no Brasil. Somos o segundo país em cirurgias plásticas com fins estéticos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2003, foram realizados 400 mil procedimentos no país. O crescimento do mercado também se dá por sua expansão para as mulheres do meio popular mediante parcelamentos, consórcios ou dívidas com agiotas.

E os riscos não são só estes. Em novembro de 2002, a faxineira Maria de Oliveira morreu em decorrência de complicações em uma cirurgia de redução da mama. Entre 2000 e 2002, cinco mulheres morreram em conseqüência de lipoaspiração feita pelo médico Marcelo Caron, em Goiânia e Brasília.

Histórias como estas revelam a ansiedade com que mulheres de todas as classes sociais têm vivido a relação com seu corpo. Ao mesmo tempo em que, em nossa voraz sociedade de consumo, comer e comprar são atos compulsivos que aliviam as dores da existência, o reconhecimento das mulheres na sociedade é diretamente relacionado a seu peso e proximidade do padrão de beleza.

As jovens sofrem com transtornos alimentares como bulimia, anorexia, doenças que estão entre as principais causas de mortes das jovens segundo a Organização Mundial de Saúde. No início, as jovens se sentem controlando seus corpos, podendo comer e vomitar ou se recusando a comer, e aos poucos, percebem-se prisioneiras da obsessão de ser magra.

Outra reação extrema na busca do “peso ideal” são as cirurgias de redução do estômago. Entre 1978 e 1993, foram realizadas quinze cirurgias no Brasil. Em 1999, foram novecentas e em 2001, três mil. As cirurgias de redução do estômago lembram as cirurgias de retirada de parte do cérebro de pessoas diagnosticadas como doentes mentais no século XIX. Além disso, uma companhia americana patenteou um tratamento para obesos à base de eletrochoques. Os dois exemplos nos fazem pensar na forma como o diferente é tratado em nossa sociedade, na simplificação da ciência com a relação de causa e efeito, no poder médico. Tudo isto se soma à ideologia da eficiência, eficácia e soluções imediatas típicas do neoliberalismo.

Quais as motivações das mulheres para se submeterem a intervenções cirúrgicas em condições tão mais precárias quanto menor a renda de que dispõem? E os tratamentos extremos para perder peso, rugas, marcas do tempo ou qualquer sinal de individualidade que as distanciem da mulher-ícone do momento? A forma como ela é olhada pelo outro, a manutenção de uma relação afetiva e até mesmo programas de controle de peso dos funcionários por empresas estão entre as respostas.

Compram-se embriões

Pelo senso comum e pelas regras da sociedade patriarcal, uma mulher só é uma mulher completa se ela é mãe. O feminismo resgata que a reprodução, o cuidado com o outro, são fundamentais para a humanidade. Enquanto isso, a sociedade capitalista considera apenas a produção e o mercado, relegando a reprodução como a “parte da vida inválida de ser vivida”. O feminismo pôs em debate a função social da maternidade, a

responsabilidade do poder público em garantir serviços de saúde de pré-natal e parto, creche e educação, entre outras políticas. E ao mesmo tempo, que as mulheres devem decidir se querem ou não ter filhos e o momento de tê-los.

Uma ideologia que cimenta nossas relações sociais de poder é a naturalização de tudo que envolve a reprodução e a maternidade. Omitem-se, assim, os custos e o trabalho da reprodução que são designados às mulheres. É impossível saber se o desejo de uma mulher de ser mãe é uma vontade própria, ou se trata de dar um herdeiro para seu marido, ou ainda, de garantir que alguém cuidará dela na velhice. Estas e outras entre tantas motivações que se referem às condições como ela vive e a práticas sociais hegemônicas. Este desejo construído e naturalizado é manipulado pelas clínicas de reprodução assistida.

Por exemplo, no caso da polêmica sobre reprodução assistida. Um intenso debate, mesmo que restrito a especialistas e religiosos, acontece sobre o destino de milhares de embriões excedentes que são produzidos na reprodução assistida. Chama-se atenção para o uso potencial destes embriões em pesquisas sobre o uso de células-tronco ou clonagem. Isto nos faz pensar que a gravidez pode não ser o principal produto deste negócio.

Impressiona, porém, que os debates sobre ética tratem apenas do destino dos embriões e que quase nada seja dito sobre as mulheres que se submetem a intervenções dolorosas, hormônios em altas dosagens, procedimentos de risco, para se tornarem poedeiras de embrião, verdadeiras fábricas de matéria viva de alto valor comercial. Este silêncio se explica pela despolitização do debate sobre a maternidade. É como se fosse um ultraje questionar, ou mesmo discutir, o desejo das mulheres de serem mães biológicas. Submeter seu corpo a estas intervenções e riscos também não se refere a um controle de seu corpo, pelo contrário, é entregá-lo ao poder médico.

Esta hipocrisia dá hemorragia

A ideologia de reforço à maternidade biológica se conver-

te em ataques ao direito das mulheres de decidirem sobre contracepção. A negociação do uso da camisinha ainda não é prática corrente, ainda mais em condições desiguais como entre adolescentes e homens mais velhos. Assim, as mulheres continuam expostas às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS. O crescimento dos casos de AIDS tem sido bem maior entre as mulheres do que entre os homens, em especial, na faixa dos 35 a 49 anos. Na faixa etária de 13 a 19 anos, a epidemia de AIDS já é maior entre as mulheres.

A primeira grande tarefa da sociedade e das políticas públicas é ampliar o uso de preservativos. Mas o uso de preservativo não é totalmente seguro, e muitas mulheres, em particular donas de casa, não conseguem negociar com seus parceiros o uso da camisinha. Se elas engravidarem contra sua vontade terão que se defrontar com o fato de que, no Brasil, o aborto é considerado crime, com penas de até três anos de reclusão. O Código Penal de 1940 prevê como exceções as situações de estupro e de risco de vida para a mãe.

Segundo estimativas do Ministério da Saúde, acontecem no Brasil cerca de 800 mil abortos por ano, e cerca de 250 mil mulheres são internadas em hospitais públicos em decorrência de seqüelas de abortos realizados em condições precárias e com práticas arriscadas.

Em junho de 2004, o ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar garantindo a antecipação terapêutica do parto de fetos com anencefalia (má-formação fetal que torna inviável a sobrevivência após o parto). O ministro prefere não falar em aborto, pois há consenso médico de que em todos os casos de anencefalia há óbito do feto no período neonatal. Porém, a pressão dos setores contra o direito ao aborto tem sido tão forte que o ministro decidiu convocar uma audiência pública antes do julgamento final no STF. A primeira nos 194 anos de existência do Tribunal.

A alegação destes setores é de que a prática abre caminho para o extermínio de pessoas com deficiências. Este argumento

não parece sem fundamento no contexto das tecnologias de reprodução assistida, onde se escolhe o sexo do bebê e se antevê que na concepção se determinariam outras características físicas. No entanto, a forma de enfrentar este risco não é restringindo o direito das mulheres nem aliená-las de seu corpo. Neste caso, como o da reprodução assistida, impressiona que as mulheres não contem, como se seu bem-estar ou sofrimento não fizessem parte do problema. O sistema patriarcal prefere anular as mulheres que, por sua insistente vontade de existir como seres pensantes e autônomos, são fontes de riscos e problemas para eles.

Para aqueles que crêem na emancipação humana, o caminho para que todas as mulheres tenham responsabilidade consigo mesmas, com sua comunidade e com as gerações futuras é que elas tenham condições de direito e de fato de decidir. Isto pressupõe não só que o aborto deixe de ser crime, mas também, que seja regulamentado e com acesso garantido pelo Sistema Único de Saúde.

Esta foi uma das propostas aprovadas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, em julho de 2004. Participaram da conferência duas mil mulheres eleitas delegadas nos 27 estados brasileiros.

Compram-se moças bonitas

Uma visão liberal da bandeira “nosso corpo nos pertence” é de que as mulheres podem dispor de seu corpo mesmo para vendê-lo na prostituição. Toda nossa solidariedade com as mulheres prostitutas não nos impede de sermos críticas à instituição da prostituição e a visões de que a sexualidade é mais um mercado de trabalho.

Novamente se pensa nas motivações das mulheres que recorrem à prostituição de forma isolada, desconsiderando os sistemas de aliciamento da indústria da prostituição, cada vez mais poderosos no turismo sexual e no tráfico de mulheres. Ambos vêm ganhando força em uma divisão internacional e

sexual do trabalho, na qual a exportação de pessoas é vista como mais um recurso para países exportadores de *commodities* assegurarem o acesso a divisas que mantêm o ciclo de sua inserção subordinada no mercado internacional.

O Serviço à Mulher Marginalizada tem divulgado uma série de denúncias que dão rosto aos números do terceiro maior negócio clandestino do mundo, o tráfico de mulheres. Em maio deste ano, Carina Carla do Nascimento, de 19 anos, aceitou a proposta de um agenciador de mão-de-obra para trabalhar como agente de turismo na Cidade do México, ganhando bem mais do que seu salário de recepcionista. Carina, como outras “moças bonitas com idades entre 18 e 20 anos” eram recrutadas, sem saber, para trabalhar em casas de prostituição. Em 13 de julho de 2004, Carina se recusou a se prostituir, e em represália, colocaram cinco gramas de cocaína em sua bebida, matando-a de overdose.

Em 19 de setembro de 2004, morreram cinco garotas, duas delas menores de idade, no naufrágio de uma embarcação no Rio Negro. Este acidente revelou uma nova rota de tráfico de jovens mulheres e adolescentes vinculadas aos pacotes de pesca esportiva na região amazônica. A Polícia Civil do Amazonas relata que meninas de 14 a 17 anos são aliciadas por quantias entre R\$ 800 a \$ 1.500,00 para programas com turistas brasileiros e estrangeiros, que gastam, em média, US\$ 3.900 num pacote de pesca na região.

Não podemos aceitar um argumento cínico de que elas estão melhor assim do que passando fome com suas famílias. Queremos que as pessoas vivam melhor com o acesso à terra, com condições de produzir, com emprego, acesso à saúde, educação, habitação, lazer e sonhos para o futuro. Não queremos que a manutenção das pessoas na miséria garanta o fornecimento de meninas para a prostituição e meninos para o tráfico de drogas ou o trabalho escravo.

“Nosso corpo nos pertence” guarda um sentido revolucionário: a extensão e a profundidade das transformações necessá-

rias para que esta bandeira seja real para todas as mulheres do mundo são imensas. Podemos começar pela nossa reflexão militante, pelos termos em que pensamos a realidade, construímos propostas e agimos para concretizá-las.



Biba Rigo

Mulheres e Exclusão na América Latina

Nalu Faria

Gerações e gerações viveram uma realidade em que as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Como isso era encarado como parte do destino das mulheres, tudo parecia normal e a autoridade masculina sobre as mulheres não era questionada.

Foi só a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que essa situação foi denunciada como uma construção social injusta. Muitos estudos demonstraram que considerar a desigualdade entre homens e mulheres como uma diferença natural era um

Publicado em Revista do Grito Continental, 2003.

dos principais mecanismos para manter as mulheres em uma posição subordinada.

Mas não tem sido simples, nem fácil mudar essa realidade. A condição feminina é definida em nossa sociedade por uma opressão específica das mulheres como gênero feminino. Essa opressão, por um lado, não pode ser dissociada da questão de classe e da estrutura – o sistema capitalista. Por outro lado, revela enormes contradições, inclusive no seio da classe trabalhadora, uma vez que os homens como grupo social obtêm privilégios que se manifestam também na condição de cada homem.

Isso tem colocado enormes desafios para aquelas e aqueles que lutam por uma transformação geral da sociedade. Ao lutar contra a exclusão das mulheres, deparamos com conflitos e necessidade de mudanças também na família, nos movimentos sociais e nas relações interpessoais. Iniciamos essa reflexão por esse aspecto pelo fato de que sempre é mais fácil reconhecer a exclusão econômica e política e muito mais difícil perceber a exclusão e dominação que fazem parte das nossas relações cotidianas.

Falar sobre mulheres e exclusão nos coloca a necessidade de refletir sobre em que aspectos as mulheres são excluídas. Desafia-nos a construir uma visão mais ampla de nossa luta contra a exclusão. Para as mulheres, é muito doloroso perceber que ainda sua voz vale menos em muitas situações e que, por isso, estão sempre tendo que provar que são competentes, que são verdadeiras, que são capazes, que não são frívolas, que não são inseguras ou instáveis. Até mesmo têm que provar que não mentem diante de um delegado ou de um juiz. Quantas vezes não escutamos relatos de que, em uma delegacia, mulheres que denunciavam estupros ou espancamentos são perguntadas: “mas o que é mesmo que você estava fazendo?”

A situação da América Latina

Nosso continente tem sido marcado por um modelo de desenvolvimento dependente do capital externo, de exploração de nosso povo, expropriação de nossas riquezas e recursos na-

turais. O resultado, para a maioria do povo, é de empobrecimento, perda de suas terras, migração para as grandes cidades, e nos últimos anos, para países do Norte.

A luta das mulheres por mudanças está expressa em sua organização coletiva nos movimentos sociais, mas também no seu esforço individual para ter acesso ao mercado de trabalho assalariado e à escolarização. As mulheres estão presentes nas lutas camponesas, nos movimentos urbanos por melhores condições de vida, nos movimentos negros e indígenas. Mas também têm se organizado na luta contra a violência que as mulheres sofrem por serem mulheres, na reivindicação por saúde da mulher, creches, e nos últimos anos, por maior participação nos espaços de poder e decisão.

Analisar a questão da exclusão das mulheres na América Latina coloca a necessidade de avaliar os efeitos da atual política neoliberal, pois mesmo com toda essa organização das mulheres, os dados revelam que a exclusão continua.

Uma primeira questão que tem sido analisada é que, com a política neoliberal, uma das conseqüências para o conjunto das mulheres é a existência de uma polarização na qual uma pequena parcela de mulheres obteve ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho quanto no acesso a liberdades individuais, e até mesmo em termos de participação na vida pública. Por outro lado, a grande maioria das mulheres, o outro pólo, experimenta trabalhos precarizados, arca sozinha com o sustento dos filhos, além de sofrer todas as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, inclusive com o envolvimento dos filhos com o narcotráfico.

As mulheres pobres são tratadas como mais uma das patologias sociais, alvo de políticas compensatórias, pois entendem que se são mais educadas cuidarão melhor da família. São vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais porque estariam mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que delas próprias, e por isso, são as beneficiárias das políticas, tais como renda mínima, acesso ao microcrédito, título de

propriedade da casa. Portanto, não são vistas como cidadãs, com direito a auto-determinação e autonomia pessoal, mas a partir da sua responsabilidade com a família.

Há um constante discurso dos organismos internacionais sobre avanço das mulheres, embora falem de obstáculos que ainda persistem. Na verdade, existe um certo triunfalismo neste discurso que busca esconder os retrocessos vividos nos últimos anos sob o neoliberalismo. É inegável que os maiores custos das políticas de ajuste recaíram sobre as mulheres.

Análises da incidência das políticas de ajuste estrutural sobre a evolução dos salários mostra uma diminuição dos salários femininos nos países latino-americanos. No México, por exemplo, o salário de uma mulher representava, em 1980, 80% do salário de um homem. Em 1992, passa a 52%. Enquanto o salário da mulher diminui, aumentam suas tarefas (remuneradas ou não), o que produz uma maior pobreza das mulheres em todo o continente.

Em todo o continente, a participação das mulheres no mercado de trabalho continua inferior à dos homens, e persiste também a diferença salarial: as mulheres ganham menos para o mesmo trabalho. Isso continua acontecendo mesmo após o aumento da escolarização das mulheres, que, em alguns países, já é maior que a dos homens. Um outro dado é que, no continente, continua aumentando o número de famílias chefiadas por mulheres, e em todas elas se verifica uma renda menor que nas famílias chefiadas pelos homens. Mas neste dado, o que se tem que ressaltar é que cresce o número de mulheres que arcam sozinhas com o sustento de seus filhos.

No que se refere à saúde, a mortalidade materna continua sendo um dos problemas mais graves, uma vez que, em geral, 95% dessas mortes poderiam ser evitadas. Essas mortes são provocadas por falta de atendimento pré-natal, ao parto e em função de abortos realizados de forma insegura, pelo fato de este ser crime em quase toda a América Latina, com exceção de Cuba e Porto Rico.

A discriminação nos serviços de saúde passa também pelos estereótipos e preconceitos. É comum que, quando as mulheres chegam a um hospital com problemas de enfarte, não são atendidas rapidamente, pois a primeira suspeita é de nervosismo ou “chilique”. Isso ainda é agravado pelo fato de que as mulheres demoram mais a buscar o serviço médico, uma vez que nunca acham que já estão doentes. O cotidiano da mulher é que ela nunca pode adoecer porque todos na casa precisam de seus cuidados. Por isso, demora admitir que está com alguns sintomas, ou até mesmo não diz, porque sabe que não vão acreditar. O resultado é que as mulheres que sofrem enfarte ficam com mais seqüelas ou têm mortes que poderiam ser evitadas.

Sabemos que a migração sempre foi maior entre as mulheres, e o mesmo ocorre atualmente, com a migração para os países do Norte. No caso das mulheres, temos que acrescentar o crescimento do tráfico de mulheres, inclusive adolescentes. Os dados demonstram que é a terceira máfia com maior rentabilidade, perdendo apenas para a o tráfico de armas e drogas. As (os) estudiosas (os) do tema afirmam que o tráfico de mulheres, atualmente, é um negócio globalizado, com rotas estabelecidas, partindo de localidades pobres em direção aos países ricos. Muitos países da América Latina estão entre essas rotas, e sabemos da vinculação do tráfico com a prostituição e outras atividades vinculadas à mercantilização do corpo.

Também existem muitos estudos e denúncias dos mecanismos de escravidão utilizados para manter as mulheres nessa situação. Um outro aspecto a ser destacado na América Latina é o turismo sexual. Brasil, República Dominicana, Costa Rica e Cuba são os maiores receptores deste tipo de turismo na América Latina, que explora cada vez mais nossas meninas sem perspectivas de emprego e presas à ideologia do consumismo apresentada como a possibilidade de satisfação em uma sociedade cada vez mais sem direitos e sem possibilidades de sonhar.

O drama de ser jovem e mulher na América Latina

A maioria das meninas e adolescentes da América Latina vive na pobreza e ainda é o principal alvo da violência e dos abusos sexuais, segundo estudos de entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Acredita-se que mais da metade dos 450 milhões de habitantes da região vive abaixo da linha de pobreza, a maioria, mulheres, principalmente meninas e adolescentes.

Além do trabalho doméstico, que nem sequer é contabilizado nas estatísticas oficiais, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, na América Latina e no Caribe, trabalhem cerca de oito milhões de meninos e meninas entre 10 e 14 anos de idade, estimando-se que 40 milhões de crianças e adolescentes vivam nas ruas, expostos às drogas, à prostituição e à violência. Além disso, a curva estatística de gravidez na adolescência continua a crescer.

O Fundo para a Infância das Nações Unidas (Unicef) acredita que mais de 50% das jovens menores de 17 anos na região são ativas sexualmente, e que dos 13 milhões de partos registrados por ano, pelo menos dois milhões acontecem com adolescentes entre 15 e 19 anos. A Unicef afirma que, em 1998, dos quatrocentos mil latino americanos contaminados com AIDS, oito mil eram meninos e meninas menores de 14 anos. O abuso sexual na família começa entre os cinco e os nove anos, segundo as pesquisas. “Em 50% dos casos, os agressores convivem com os meninos e meninas e 75% dos agressores são familiares”, segundo a Unicef.

Violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres continua sendo um dos piores indicadores do quanto as mulheres ainda são discriminadas. E ela revela uma das mais tristes faces dessa opressão, pois na sua grande maioria, a violência é cometida por pessoas próximas: maridos, namorados, pais, padrastos, tios. A violência sexista afeta todas as mulheres e meninas, mas são mais vulne-

ráveis as que vivem em situação de precariedade absoluta, as que sofrem discriminação devido à raça, religião e orientação sexual, assim como as mulheres indígenas, as migrantes, as refugiadas de guerra ou as que vivem sob ocupação estrangeira.

As manifestações da violência são pressões psicológicas, maus tratos físicos, espancamentos, piadas, cantadas, humilhações, assédio sexual, estupro e assassinato. A existência dessa violência coloca todas as mulheres em uma situação de ameaça permanente. No Brasil, segundo dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, estima-se que a cada quinze segundos uma mulher sofre algum tipo de violência.

Convivemos com a sensação de que uma mulher está mais insegura em casa do que na rua. De acordo com dados mundiais, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo marido, ex-companheiro ou atual companheiro, é nove vezes maior do que na rua.

Um dado que temos trabalhado é o de que a globalização econômica aprofunda a violência contra as mulheres. A globalização e as condições econômicas cada vez mais precárias acrescentam a vulnerabilidade das mulheres frente a todos os tipos de violência.

A Marcha Mundial das Mulheres e a luta contra a exclusão

A Marcha Mundial das Mulheres é uma ampla articulação internacional do movimento de mulheres, que teve seu início em março de 2000. Tem como eixo a luta contra a pobreza e a violência contra as mulheres.

A partir da MMM foi possível retomar uma ampla mobilização das mulheres que recolocou a questão de classe como fundamental. Isso significa que temos combinado a luta anticapitalista com a luta contra a desigualdade de gênero. A partir daí, identificamos em nosso continente a luta pelo não pagamento da dívida externa, contra a Alca e contra a militarização como fundamentais para construirmos uma América Latina soberana

e com um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades humanas em oposição a ganância do mercado.

Para isso, sabemos que é necessário mudar o paradigma atual, centrado no mercado. Queremos desenvolver como fundamental o cuidado pela vida humana, e portanto, a reprodução se tornaria um eixo central de nosso projeto.

Na MMM, temos denunciado os efeitos específicos do neoliberalismo sobre as mulheres e demonstrado como o machismo e a desigualdade de gênero são estruturantes desse modelo. Por isso, em toda nossa ação, colocamos sempre a perspectiva feminista como a possibilidade de construir um novo homem e uma nova mulher.



Para a erradicação da violência doméstica e sexual

Nalu Faria

A violência doméstica e sexual, ou violência sexista, é a expressão mais dura da opressão das mulheres. Sabemos que é fruto das relações desiguais e de poder entre homens e mulheres, que expressam de forma mais contundente as contradições dessa relação de poder. Em geral, a violência é exercida por pessoas que estão muito próximas das mulheres: os maridos, amantes, namorados, pais, parentes, amigos e colegas de trabalho. É também um terreno onde nos sentimos permanentemente constrangidas, e nos impõe um sentimento de perigo e, portanto, a necessidade de estar sempre em vigília.

A violência foi sempre tão naturalizada que não nos damos conta, em determinados momentos, que estamos sendo vítimas de violência sexista. Por isso, é importante conceituar a partir do feminismo o que é violência, ou seja: toda vez que as mulheres somos consideradas coisas, objetos de posse e poder

dos homens e, portanto, inferiores e descartáveis. Assim, quando na rua um homem que sequer nos olhou, mas só pelo fato de ser uma mulher, nos dirige gracejos e cantadas é a mesma motivação que faz com que eles cometam estupros contra as mulheres. Como se elas estivessem à disposição para que os homens utilizem seus corpos como objetos.

Como todos outros aspectos da opressão das mulheres, a violência sexista é um fato histórico, foi construída socialmente e tem sua base material na divisão sexual do trabalho, sustentada na construção de uma cultura patriarcal e misógina, que desqualifica as mulheres. A cultura ocidental na qual estamos inseridas está estruturada a partir de representações duais, através de símbolos como Eva e Maria.

As mulheres temos sido consideradas profanas ou virtuosas conforme nos movemos no terreno que a cultura nos destina. Somos qualificadas como puras ou impuras se cumprimos ou não o papel feminino da maternidade, considerado nosso principal papel. Essas representações definem que devemos ser intuitivas, sensíveis, cuidadoras, delicadas, amáveis, carinhosas e boas donas de casa. As manifestações de violência, em geral, são justificadas com o argumento de que não estamos cumprindo bem nosso papel. Quando os homens batem nas mulheres, justificam-se com o argumento de que elas não fizeram bem o trabalho doméstico, que não se comportaram bem ou coisas do estilo. Igualmente, quando freqüentamos os espaços públicos, presume-se que estamos disponíveis sexualmente, e com isso, justifica-se o assédio ou várias expressões utilizadas com esse fim.

Feminismo: público x privado

O feminismo foi o movimento social que tomou a iniciativa de denunciar essa violência e de lutar contra ela. Trouxe para o espaço público o que se vivia no espaço privado como parte do destino. Com isso, desnaturalizou esses fatos e contribuiu para a construção do conceito de perigo que as mulheres vivem enquanto permanecer a violência.

A globalização neoliberal, na verdade, é uma nova expansão imperialista e é resultado da correlação de forças desfavorável para os setores explorados e oprimidos que lutam por sua liberação, e conseqüentemente, um aumento do poder dos dominadores. As relações produzidas nesse contexto reforçam a desigualdade das mulheres, o que faz com que ocorra uma hegemonia conservadora que fortalece a opressão de gênero, classe, raça e reforça e incrementa ainda mais as formas de dominação e de violência contra as mulheres, assim como aumenta a homofobia.

Também é visível como este sistema neoliberal patriarcal contra-ataca nossas lutas e nossas conquistas, em parte, por uma aparente assimilação de aspectos do discurso feminista por parte dos poderes, utilizados para uma maior exploração e opressão sob aparência sutil. Por exemplo, o sistema utiliza nossa linguagem de luta pelo direito das mulheres ao trabalho assalariado para dizer que as mulheres são livres para vender sua força de trabalho e a utiliza indiscriminadamente. Ou seja, que as mulheres devemos estar disponíveis o tempo todo e, portanto, não há limite da jornada de trabalho em nome da flexibilidade. Além do mais, as condições de trabalho atuais revelam formas de violência e maior controle sobre as mulheres. Por exemplo, o controle sobre o tempo para as funcionárias irem aos banheiros, e até maquilas (montadoras) que obrigam as mulheres a usar fraldas para que não tenham permissão para ir ao banheiro.

Esta suposta assimilação do capitalismo, que parecia estar incorporando parte do discurso dos direitos das mulheres, impactou muitos dos movimentos, pois aparentemente havíamos conseguido conquistas. No Brasil, no início dos anos 1990, quando expressávamos alguma visão crítica às propagandas sexistas, era comum ouvir que isso estava mudando e que havia também propaganda com homens nus. Quinze anos depois, podemos ver o que significou o incremento da utilização do corpo das mulheres como mercadoria.

Capitalismo e violência sexista

Em outras palavras, a violência contra as mulheres está estreitamente conectada com a consolidação do modelo, tanto pela expansão da mercantilização como pela própria utilização das mulheres como mercadorias para exploração e para consumo. Isto está vinculado também à imposição do modelo atual de feminilidade e de um padrão de beleza difundindo que somente aquelas que cumprem com esse padrão poderão, inclusive, obter um melhor trabalho.

O assédio sexual é um componente das relações de trabalho para manter as mulheres com medo e divididas entre elas. Antes, há 25 anos, era muito discutido o assédio nas fábricas, nos bancos, com as secretárias. Hoje, sabemos que mulheres que ocupam postos considerados altos também sofrem o assédio.

Assim mesmo, segundo as características associadas à feminilidade, as mulheres têm que demonstrar sensibilidade no trabalho, comunicabilidade, estar sempre sorrindo. Porém, vemos que esse incremento da feminilidade cada vez mais coloca as mulheres como seres não pensantes, como se observa nas propagandas, na televisão, em que o tempo todo estão nuas ou rebolando. Essa expansão da mercantilização se expressa de forma diversa segundo a situação de raça, classe, etnia ou religião.

Outro aspecto do aumento da violência neste modelo é a prática do tráfico sexual das mulheres e o incremento da prostituição. O tráfico de mulheres é a terceira das mais rentosas máfias. Os números mostram que 75% das mulheres que são traficadas não sabem que estão indo para os países do Norte para se prostituírem ou trabalharem na indústria do entretenimento. Quanto ao aumento da prostituição, vimos dentro de nossos países como a indústria do turismo sexual utiliza as mulheres para obter lucro e cresce o número de meninas na prostituição.

A impunidade sobre as práticas de femicídio moderno fala por si só: a pouca importância que os poderes dão aos assuntos de violência contra as mulheres. Na cidade Juárez (Chihuahua,

México), que é uma região de maquiladoras, desde 1994 começaram a aparecer mulheres mortas e com forte conotação de violência sexual. As jovens que morrem são, em sua maioria, trabalhadoras das maquilas, entre 14 e 19 anos, que ficam sequestradas por três ou cinco dias para depois serem assassinadas. Existem várias organizações que lutam para elucidar esses crimes, porém, até agora, não há nenhum julgamento e menos ainda condenação. A polícia e os organismos judiciais do México não fazem a investigação e o Estado é cúmplice desse processo, pois jamais conseguiram comprovar um crime.

Outra face da violência sexual é uma questão muito antiga: o estupro das mulheres em situações de guerra ou de incremento da militarização. Como a militarização e a guerra são parte deste modelo, as mulheres seguem sendo vítimas de violência nessas situações.

Nunca é demais lembrar que em uma situação de aumento do individualismo, de fragmentação do tecido social e dos laços de solidariedade, ocorre o aumento da violência doméstica, uma vez que, na situação de vulnerabilidade em que os homens também se encontram, as mulheres, muitas vezes, são seu último e único reduto de poder.

Retrocessos do neoliberalismo

Em nosso continente, nesta era de neoliberalismo, prevaleceu a visão de resolver estes problemas por meio do desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, sob o modelo neoliberal o que prevalece é o Estado mínimo, e as pessoas foram reduzidas à condição de clientes, beneficiárias, ou até portadoras de uma patologia social. Então, as políticas foram focais, e retrocedeu a visão de emancipação ou de garantia de direitos.

Durante os anos 1990 (auge do neoliberalismo), diminuiu consideravelmente a capacidade do movimento de mulheres para responder com radicalidade a esses retrocessos. Reduziu-se o debate e a luta por mudanças ideológicas e foi rebaixando o conteúdo crítico das propostas. E assim, cada vez mais, a violên-

cia doméstica e sexual foi chamada como violência. Em vários documentos, as propostas de atenção às mulheres vítimas de violência transitaram de uma visão de garantir a autonomia e a autodeterminação das mulheres para a necessidade de atender a violência em função dos custos econômicos que acarreta, ou no melhor dos casos, em nome de uma visão geral. Ou seja: o argumento de que quando as mulheres apanham faltam ao trabalho e aumentam os gastos em saúde pública.

Atualmente, vivemos um momento em que outros aspectos podem ser enunciados em relação aos movimentos sociais em geral e ao movimento de mulheres em particular. Temos não apenas o questionamento ao neoliberalismo como modelo, mas a construção de articulações continentais e mundiais na luta contra o livre comércio e as políticas neoliberais. Também no movimento de mulheres há processos de recomposição de campos e articulações com posições mais críticas e até a ampliação da base social do movimento de mulheres, inclusive com a entrada de jovens em várias partes.

Nossa tarefa urgente é vincular e inter-relacionar a luta contra a violência doméstica e sexual com a luta global contra o modelo capitalista neoliberal, que também é machista, racista e homofóbico. Isto inclui mudanças estruturais, tanto em termos de políticas públicas como de análise do que está passando no cotidiano, que reforça, outra vez, um modelo de feminilidade como uma essência que, em última instância, reforça a passividade e coloca a violência como um problema de saúde, retirando o conteúdo de relações de poder dos homens sobre as mulheres.

É necessário enfrentar as construções da diferença e fazer o debate sobre o que queremos ser como mulheres, que identidades queremos ter. Porque, até agora, nossa identidade está misturada com aspectos que não queremos manter, que também desejamos mudar. A identidade que temos é, em parte, imposta, e não conseguimos decidir autonomamente como queremos ser.

Na Marcha Mundial das Mulheres, começamos uma campanha contra a violência sexista e contra a pobreza. Uma das metas desta luta é propiciar um debate sobre a violência de uma forma mais ampla. Queremos fazer um debate e uma ação política que se antecipe à ocorrência da violência, sendo verdadeiramente preventiva. Para isso, cremos que o movimento de mulheres deve construir uma forte e extensa auto-organização das mulheres, lutando por autonomia e autodeterminação. E que essa organização das mulheres deve, em conjunto com outros movimentos sociais, construir uma forte mobilização por transformações gerais na sociedade, e que inclua o componente feminista nesse projeto.

De fato, participamos cada vez mais em espaços de convergência e articulação. Em nosso continente, estamos envolvidas como mulheres em várias ações como a Campanha Contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), a Campanha Contra a Militarização e também no processo Fórum Social Mundial. Mas levamos para esses espaços o debate concreto da situação das mulheres, que inclui o tema da violência. Não vamos conseguir a erradicação da violência sem mudanças estruturais, sem mudanças na cultura e se não conseguirmos que o conjunto dos movimentos sociais incorpore esta luta, até que a sociedade considere inaceitável a violência contra as mulheres.



Biba Rigo

Gênero e Políticas Públicas

Uma breve abordagem das relações de gênero

Nalu Faria

Para se pensarem propostas voltadas a corrigir as desigualdades entre homens e mulheres é necessário partir da concepção que se tem sobre essas relações. O termo *gênero* é um conceito utilizado para afirmar a construção social do ser homem e ser mulher na sociedade. Tem como objetivo diferenciar *sexo* - ser macho ou fêmea como dado da natureza - da construção social da masculinidade e feminilidade. A definição de masculino e feminino está associada ao que cada sociedade, em cada momento histórico, espera como próprio de homens e mulheres. A construção de gênero se dá em todas as esferas da socie-

Este roteiro foi extraído do estudo de caso realizado para o Polis – Projeto Lixo e Cidadania em São Bernardo do Campo, 2000.

dade: econômica, política, social e cultural. Portanto, é construída a partir de elementos materiais concretos e também por elementos simbólicos.

A base material desse processo se expressa na divisão sexual do trabalho, que, em nossa sociedade, se articula com a idéia de que existe uma esfera pública e uma privada. A esfera pública considerada como dos homens, do trabalho produtivo, dos direitos, da igualdade. A esfera privada considerada como o lugar da domesticidade, do afeto, da intimidade. Na prática, sabemos que não existe essa dicotomia, mas que homens e mulheres estão nas duas esferas, só que a partir do que é considerado seu lugar.

As relações de gênero também devem ser contextualizadas conforme classe, raça e geração, assim como religião e momento histórico. Elas são transversais e estruturam o conjunto das relações. Dessa forma, é possível analisar qualquer aspecto da sociedade a partir de gênero, ou seja, uma categoria de análise. Quando se olha o mercado de trabalho, por exemplo, observa-se que os salários das mulheres são menores, que a qualificação profissional é avaliada de forma diferente, a partir da visão de masculino e feminino, e que a presença das mulheres neste mercado está nos chamados guetos femininos desvalorizados.

Para os homens, os filhos, quando interferem na sua vida profissional, é positivamente, e para as mulheres, é comum que deixem de trabalhar quando não é possível combinar o trabalho com o cuidado dos filhos. Esse exemplo mostra como podemos, a partir da variável gênero, analisar um determinado aspecto da realidade. O mesmo exercício poderia ser feito para analisar a composição do poder governamental em um país, ou a lógica de estruturação da cidade.

O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum nas mulheres e nos homens, porque mostra como estão no conjunto da sociedade. Mostra também a forma como cada um, individualmente, vive essa condição. Ninguém é 100% mascu-

lino ou feminino. Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente conforme o lugar que cada um ocupa. Por exemplo, nos espaços públicos, tradicionalmente masculinos, é comum as mulheres serem acusadas de que estão deixando de lado sua feminilidade.

Entretanto, como já afirmamos, gênero não explica tudo em relação à condição das pessoas nem à sua identidade. Por isso, é necessário contextualizar a discussão no momento histórico e levar em conta a condição de raça, classe e idade. Dessa forma, embora a relação entre homens e mulheres seja de poder, os homens não têm os mesmos poderes entre si: alguns têm mais que outros. Por outro lado, se do ponto de vista social, os homens, como um conjunto, têm poder sobre o conjunto das mulheres, do ponto de vista das relações interpessoais, existem algumas mulheres que exercem domínio sobre os homens, mas esta é uma exceção que confirma a regra.

Se é uma relação construída, pode ser modificada. E se é uma relação de poder, trabalhar significa ter conflito, mas não necessariamente confronto. Um último aspecto que justifica uma intervenção é a compreensão de que esta relação é injusta e significa uma inserção das mulheres sem direito pleno à cidadania.

Políticas Públicas e Gênero

Tradicionalmente, o que tem orientado as políticas públicas é essa divisão entre uma esfera pública e privada. Dessa forma, as mulheres são consideradas um recurso disponível de apoio às ações do Estado. Em decorrência disso, escola em período integral nunca foi prioridade, as unidades de saúde têm um modelo de funcionamento em que as mulheres dependem um número muito grande de horas, não existem creches e pré-escolas, e nem políticas de atenção ao idoso. Os programas de formação profissional reforçam a guetização das mulheres e naturalizam as habilidades femininas, ou seja, para

as mulheres, são oferecidos cursos de costura, cabeleireira, secretária. No Brasil, há até poucos anos, alguns cursos de institutos oficiais de formação profissional não eram abertos para mulheres. Existem alguns exemplos de mulheres que romperam com esta barreira e fizeram cursos de torneira mecânica. Posteriormente, tiveram dificuldades para serem admitidas como tal, porque “não inspiravam confiança”. Por isso, as mulheres acabam “optando” pelos cursos próprios para as mulheres e têm um leque de possibilidades muito mais restrito que as “profissões masculinas”.

Portanto, as ações do Estado e dos governos, quando não têm como concepção alterar a desigualdade nas relações de gêneros, acabam por favorecer os homens, pois, como afirma Sônia Alvarez (1988), o *“Estado não é neutro do ponto de vista de gênero”*. Isso significa que, se não houver uma intencionalidade de reequilibrar essas relações, as políticas do Estado acabam reforçando as atuais relações e sua naturalização.

Outro aspecto é que os serviços voltados para as mulheres se concentram no seu papel de mãe. Um exemplo: políticas de saúde para as mulheres, até hoje, em vários lugares, estão classificadas como materno-infantis e, portanto, priorizam o cuidado com a criança. Não vêem a mulher como sujeito de direitos, enquanto as políticas que incidem sobre os homens, tradicionalmente, estão voltadas para a garantia do emprego e da infraestrutura para sua manutenção ou circulação das mercadorias.

Por outro lado, os serviços sociais, em geral, conseguem se comunicar mais com as mulheres do que com os homens, na medida em que são suas principais usuárias, já que a elas é destinada a tarefa de cuidar dos filhos, como no caso da educação e saúde.

O Brasil vive um processo intenso de urbanização. Esse processo é um dos fatores geradores de mudanças significativas na vida familiar, de inserção da mulher em outros espaços. Deve ser ressaltada a relação das mulheres com o Estado, como de-

mandantes de serviços e que isso significou sua reinserção nos espaços públicos, como lideranças de bairro e de reconstrução de sua identidade.

Temos pouca análise das mudanças de gênero nos homens a partir das transformações atuais em nossas sociedades. Grande parte dessas mudanças tem gerado empobrecimento, desemprego, desestruturação das antigas redes de sobrevivência e de socialização. Uma questão bastante perceptível é que, com a urbanização, a vida nas grandes cidades mudou muito a vida das mulheres. Elas se inserem em um espaço maior com menor controle familiar e, ao contrário dos homens, experimentam maiores possibilidades de socialização. Uma conseqüência desse processo nas grandes cidades é o aumento do alcoolismo e a dificuldade de os homens reagirem buscando alternativas mais positivas. Fica evidente sua perda de identidade com a perda do papel de provedor. Por outro lado, os homens se sentem menos responsáveis pela prole e reagem com muita violência contra as mulheres, seu último reduto de poder e posse.

No Brasil, fruto da pressão do movimento de mulheres desde a década de 1980, os governos vêem as mulheres como um setor para o qual é necessário desenvolver políticas específicas no sentido de promovê-las. A criação do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher) e de Delegacias das Mulheres são expressões concretas dessa preocupação. Porém, ainda muito longe de existir políticas mais amplas que busquem a incorporação transversal de gênero.

Nos últimos dez anos, vários municípios criaram órgãos governamentais com o objetivo de desenvolver políticas voltadas às mulheres com propostas de combater a desigualdade de gênero. Este é um aspecto muito relevante, na medida em que a questão do poder local e o papel do município para o desenvolvimento de políticas públicas tem crescido muito no Brasil nesta última década. São inúmeras as experiências de desenvolvimento de políticas municipais consideradas inovadoras pelo seu alcance. Elas respondem demandas das populações mais

excluídas ou colocam novas agendas, como por exemplo, coleta seletiva de lixo, resgate da cultura popular, ações voltadas para as mulheres e para os negros, entre outras. Mas, sobretudo, por desenvolver a experiência da participação cidadã, como é o caso do Orçamento Participativo e tantos outros.

Porém, no que se refere às políticas voltadas para o combate às desigualdades de gênero, as propostas em curso, embora afirmem sua diretriz de romper essa desigualdade, ainda têm um forte componente de reforço à sexualização, propondo ações para as mulheres a partir de suas carências. É ao que Lena Lavinas se refere em relação à dinâmica da construção da cidadania feminina, *"...passa pelo reconhecimento de necessidades diretamente relacionadas ao lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho. Ao contrário do sexo masculino, cuja cidadania se funda na afirmação da liberdade individual, a cidadania das mulheres funda-se na afirmação de carências consubstanciais à condição feminina"*, e mais adiante, afirma que *"...construir novas relações entre os sexos que não sejam pautadas por assimetrias e hierarquias só será possível quando se puder romper com práticas sexuais quaisquer que sejam elas: sociais, políticas, espaciais, profissionais"*. Para isso, é fundamental rever a idéia de que as mulheres são dependentes dos homens e, portanto, reconhecer seu direito à autonomia. Um outro aspecto é pensar as mudanças necessárias também nos homens, ampliar suas habilidades e rever a divisão sexual do trabalho na família.

Segundo Virginia Guzmán e outras (apud Guzmán, 1994, pag 149), consideraram que incorporar a dimensão de gênero nas políticas públicas pressupõe *"a vontade explícita de promover uma redistribuição entre os gêneros em termos de designação de recursos públicos, direitos civis e de participação, posições de poder e autoridade e valorização do trabalho de homens e mulheres. Isto implica dispor de conhecimento e informação necessários sobre as diferenças entre homens e mulheres no âmbito da atuação do Estado e antecipar os efeitos de políticas públicas na desigualdade de oportunidades, de resultados e de tratamento entre os sexos"*.

Possíveis estratégias para a incorporação da dimensão de gênero

a) Fortalecimento das mulheres e sensibilização dos homens

Uma perspectiva nesse sentido é buscar a dessexualização e romper com a naturalização das atribuições de homens e mulheres. É necessário desenvolver atividades que contribuam para que as mulheres conquistem novas habilidades e repensem sua identidade construída voltada para o outro e para a subordinação. Por isso, o trabalho de fortalecimento das mulheres parte da idéia de que elas são sujeitos de direitos e que podem ter seus próprios projetos de vida. Isso é fundamental para aumentar sua auto-estima.

Em relação aos homens, são necessárias atividades que os aproximem do universo doméstico e do cuidado dos filhos, com ações voltadas para iniciar o diálogo, trabalhando a partir de suas necessidades concretas e habilidades. Por exemplo, uma oficina com crianças ensinando a construir brinquedos de sua infância ou ensinando jogos.

Na relação com ambos, é necessário desmistificar a naturalização do feminino e masculino e refletir sobre o significado das relações hierárquicas e de poder. E, a partir dessa reflexão, promover propostas de combate à violência dos homens contra as mulheres.

É fundamental fortalecer a auto-estima de ambos, levando em consideração os problemas que vivem, estimulando uma reflexão sobre os determinantes sociais de sua condição e as possibilidades de mudança. Um aspecto muito importante para isso é valorizar sua experiência, sua cultura e trabalhar para que possam resgatar seus aprendizados, exercitando continuamente sua criatividade.

b) Incorporação de gênero como categoria transversal

Para isso, é necessário aprimorar o diagnóstico das relações de gênero da população. A partir do diagnóstico, desenvol-

ver ações e reflexões permanentes em relação à incorporação de uma análise de gênero, no sentido de promover maior igualdade entre homens e mulheres:

- Desnaturalização dos papéis e promoção da ampliação das habilidades masculinas e femininas, com o objetivo de promover uma divisão eqüitativa de responsabilidades no âmbito familiar. Essa ampliação de habilidades deverá contribuir também para que as mulheres se sintam preparadas para exercer um conjunto de atividades no espaço público e no trabalho, como por exemplo, participar do gerenciamento de uma cooperativa;

- Garantir igualdade de acesso aos recursos e benefícios em todas as ações: moradia, educação, saúde, cultura, lazer e geração de renda;

- Garantir a participação igualitária de homens e mulheres em todas as fases do programa;

- Considerar a necessidade de ações afirmativas para as mulheres nas situações em que se encontram em desvantagem, como por exemplo, creche, horário de reuniões;

- Avaliar sistematicamente o impacto das ações sobre homens e mulheres, e em que medida estão ou não promovendo uma maior igualdade e a transformação das relações gênero.



Relações de gênero e agricultura familiar

Miriam Nobre

Nos últimos anos, a agricultura familiar tem estado no centro das atenções do movimento sindical, dos pesquisadores, do governo e dos organismos internacionais relacionados com a questão. Ela aparece como a base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais. O debate predominante em torno da agricultura familiar trata de como torná-la mais eficiente e com maior capacidade de resistência ao mercado cada vez mais concentrado. Para isso, buscam entendê-la melhor, definindo características, como tamanho, produção, presença ou não de empregados e classifican-

do-a em grupos. Infelizmente, muitos ainda pensam essa atividade apenas como um setor da economia ou, no máximo, enquanto função social com potencial para conter o êxodo rural, o qual contribui para aumentar o desemprego nas cidades. Poucos se detêm sobre as pessoas que vivem e trabalham na agricultura familiar — seus sonhos e anseios, os direitos que constroem e procuram tornar realidade. Quanto à família, quando considerada, apenas o é na figura do *chefe da família*. O trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos é negligenciada, como se os interesses do pai incluíssem os de todos.

A idéia de um pai que decide pela vida de todos parece uma coisa do passado, pelo menos no discurso voltado para o meio urbano. Por que então é aceita sem questionamentos para as famílias de trabalhadores rurais? Talvez porque, para os agricultores que trabalham a terra por conta própria, a forma de combinar a disponibilidade de trabalho da família com as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola propicie uma divisão do trabalho que se naturaliza pelo sexo e pela idade. A naturalização da divisão sexual do trabalho impede que esta se torne um problema a ser enfrentado pela sociedade. Mesmo o grande estudioso da produção econômica camponesa, Alexander Chayanov, ao deparar com as estatísticas que apontavam o tempo de trabalho muito maior das mulheres na Rússia do princípio do século, em relação ao dos homens, afirmou:

“Uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da fazenda é de acordo com o sexo; em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico” (Chayanov, 1985, p. 210).

Ainda hoje a divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho *produtivo* (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho *reprodutivo* (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre *casa* e *roçado*.

Divisão sexual do trabalho na agricultura: um peso, duas medidas

Beatriz Heredia e outros (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, apontam a relação entre roçado e casa como definidora das áreas de *trabalho* e de *não-trabalho*. No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados, pelos agricultores, fundamentais à sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho. O pai encarna essas atividades, logo, o trabalho é *dele*. Mesmo que os filhos e a esposa desempenhem tarefas no roçado, essas são consideradas “ajuda”. Por oposição ao roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para a casa, como, por exemplo, utensílios de cozinha, roupa de cama etc. As mulheres geralmente não participam da comercialização de produtos. Quando estão nas feiras, localizam-se na venda de produtos considerados secundários, tais como verduras, frutas e condimentos.

A idéia de que, em última instância, a hierarquia entre os produtos determina os conceitos de *trabalho* e *ajuda* merece melhor análise. O Deser (Departamento Sindical de Estudos Rurais) e a Comissão da Mulher Trabalhadora Rural da CUT —

Central Única dos Trabalhadores — do Paraná realizaram uma pesquisa sobre a participação das mulheres na produção de leite, cujo resultado evidenciou que elas são responsáveis por grande parte das etapas dessa produção (Deser e CEMTR-PR, 1996). Porém, à medida que a produção de leite se tecnifica e passa a contribuir com maior peso para a renda das famílias, as tarefas passam, progressivamente, a ser desenvolvidas pelos filhos maiores e, depois, pelos maridos. Enquanto fruto de uma produção complementar, o resultado da venda do leite contribui para o pagamento da conta de luz e para a compra do “rancho” (produtos de consumo doméstico industrializados como macarrão, óleo de soja, fósforo), o que é essencial para a manutenção dessas famílias; contudo, tal aspecto não é facilmente reconhecido. Para as agricultoras presentes ao seminário de apresentação da pesquisa, isso ocorre “porque o dinheiro sai todo mês e não faz volume”.

Quando a produção agrícola é vendida, entra o “dinheiro grande”, com o qual são compradas novas roupas para toda a família, eletrodomésticos de maior custo, e decidem-se os novos investimentos na produção — este último, um assunto que não é considerado “de mulher”.

A divisão sexual do trabalho estaria, então, profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Em estudo publicado em 1975, Verena Martinez-Alier já trazia a fala das mulheres bóias-frias: “O homem trabalha porque é homem; a mulher, porque precisa”. Isto é, o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que provisórias no mundo do trabalho. O título de “provisórias” ou “estranhas” a um mundo onde sempre estiveram serve a uma desvalorização do trabalho das mulheres. Maria Ignez Paulilo (1987), analisando os trabalhos agrícolas no sertão e no brejo paraibano, e na cultura de fumo na região sul de Santa Catarina, percebeu como traço comum entre eles a distinção entre *trabalho leve* e *trabalho pesado*: o primeiro, atribuição de mulheres e crianças; o

segundo, incumbência masculina. Segundo a autora, o trabalho é considerado leve por quem o executa, e não pela natureza do trabalho em si. Mesmo que as mulheres e crianças trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade de quem a recebe.

O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que elas não executem, se não for possível prescindir de seus braços. Mulheres já fizeram destoca, araram a terra, puxando o burro ou “no muque”, e carregaram sacos de 60 quilos na cabeça. Mas, toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola.

Outro estudo interessante é o de Maria Aparecida Moraes (1987) sobre as mulheres agricultoras do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais). Segundo essa autora:

“No tocante às mulheres, não existe uma separação rígida entre casa e roçado. Ela transita por esses dois espaços. As mulheres fazem ou podem fazer todos os serviços nessas unidades camponesas, dependendo não só do ciclo produtivo, como também da ausência ou permanência do marido e filhos adultos na terra” (p. 9).

Permanece, entretanto, a valorização diferente entre homens e mulheres. Nas regras para a troca de dias, prática fundamental na organização do trabalho ao longo do ciclo agrícola, mulheres não trocam dias com homens, havendo mesmo locais em que isso é proibido. Quando o fazem, elas têm de trabalhar dois dias para pagar um dia de serviço de um homem.

As relações de gênero

A valorização diferente do trabalho de mulheres e homens se explica pela existência de uma relação de hierarquia entre os gêneros. Essa relação tem sua base material na divisão sexual do trabalho, mas organiza, sem ordem de prioridades, aspectos econômicos, sociais, vivências particulares, símbolos e representações em imagens de constante movimento, como em um caleidoscópio.

Olhar para a complexidade das relações de gênero é querer, mais do que ver suas formas aparentes, entender sua dinâmica, a forma como produzem e reproduzem desigualdades para poder superá-las. Um dos aspectos a se considerar é o processo de socialização de gênero desenvolvendo habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres. Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças, até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”.

Quando se tornam adultos, se ocupam das tarefas consideradas do sexo oposto, sentem dificuldades pessoais e sofrem reprovações sociais de parentes e amigos. Se a mulher está de resguardo e o casal não tem filhas com idade suficiente para fazer o serviço da casa, o homem o faz. E, sempre que necessário, as mulheres fazem o serviço considerado dos homens. Algumas temem a igualdade derivada do fato de assumirem “oficialmente” a responsabilidade pelo serviço que muitas vezes já fazem: “Se eu aprender o serviço dele, ele não vai fazer nem isso”. Ademais, os homens resistem ao novos aprendizados das mulheres: “Se você souber dirigir, não vai parar mais aqui”, e

elas se sentem pressionadas por uma grande exigência interna e externa de não poderem errar. Na maioria das vezes, o que acontece é que as aprendizagens de homens e mulheres no “campo oposto” só servem para complementar o serviço do/a outro/a ou para cobrir uma ausência, e não para redividir as tarefas de forma mais permanente, e muito menos o poder e o reconhecimento social que as recobre.

Os estudos sobre a agricultura familiar que utilizam o conceito de gênero como instrumento de análise ainda são recentes. Destaca-se o de Ellen Woortmann (1995) sobre as relações de parentesco entre colonos de origem alemã do Sul do Brasil e entre sitiantes do Nordeste. A hierarquia de gêneros é aí detectada não só na produção agrícola, mas na sexualidade, na posição na comunidade (na “oposição simbólica mulheres à esquerda, homens à direita, no interior da igreja”) e na família. Entre os colonos alemães do Sul, por exemplo, os nomes masculinos expressam relações de compadrio e parentesco, e o fazer parte de uma família. Os nomes das mulheres são “nomes fantasia”, pois elas serão reconhecidas em relação com o nome do pai e, depois, com o do marido.

Para Ellen Woortmann, a reprodução camponesa depende de sua capacidade de resistência e adaptação, o que, para ela, se baseia, nos dois casos estudados, “no valor atribuído à família e ao trabalho familiar, e na lealdade à tradição, mas, ao mesmo tempo, na dinâmica conservadora de sua organização social”.

Entre os colonos alemães do Sul, a insatisfação da mulher com respeito a esse modelo tem como resposta a migração para a cidade, onde ela terá “ao menos seu salário”. Uma leitura possível é, então, a de que a hierarquia entre os gêneros constitui de tal forma o modelo de existência da agricultura familiar que seu questionamento, por parte das mulheres, comprometeria a sua própria reprodução enquanto agricultoras.

Outro estudo, de Maria José Carneiro (1996), analisa as unidades de produção agrícola familiar da França atual, que combinam o trabalho na terra com o assalariamento em fábricas da

região. Esse fenômeno é conhecido como *pluriatividade*. Apesar de já ser comum no Brasil há muitos anos (exemplificado pelos migrantes que trabalham na cidade e mandam dinheiro para a família no campo), vem chamando a atenção como uma característica que se projeta no futuro da agricultura familiar. Na França, o homem sai para trabalhar e a mulher passa a ter o *status* de chefe do estabelecimento, para continuar recebendo o incentivo oficial dirigido aos trabalhadores exclusivamente agrícolas. As mulheres fazem todo o trabalho, inclusive o manejo das máquinas, mas se vêem como se fossem um “prolongamento dos braços de seus maridos”. Na prática, as esposas de agricultores não tomam jamais o lugar de seus maridos na hierarquia familiar, mesmo que elas os substituam no trabalho e obtenham um estatuto legal junto às entidades que regulamentam a profissão de agricultor. Da mesma maneira, elas não ocupam posições de poder nos organismos deliberativos voltados para a agricultura.

A autora conclui, por isso, que o papel da mulher na produção não seria o determinante para a redefinição da sua posição na família ou na sociedade, mas sim, a ideologia que cimeta as relações de hierarquia entre os gêneros.

As análises de Ellen Woortmann e de Maria José Carneiro têm em comum o fato de buscarem ir além de uma interpretação exclusivamente econômica da desigualdade entre os gêneros. Mas a impressão que fica é a de que a cultura, a tradição e a ideologia são entidades autônomas, não estando profundamente imbricadas na produção material da vida e dificilmente sendo mudadas. Essas análises nos fazem refletir sobre as questões estratégicas envolvidas no fortalecimento das mulheres enquanto agricultoras. O fundamental é ter sempre presente as mulheres como sujeitos que, por sua ação política, definem quais questões adquirem formas estratégicas para mudar as relações de gênero.

As transformações em curso

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, nas suas mais diferentes vertentes (autônomos, ligados ao movimento

sindical, a associações de pequenos produtores etc), vêm construindo a identidade política das agricultoras no seu reconhecimento público. Eles obtêm a cidadania destas por seu acesso à documentação profissional, por seu auto-reconhecimento enquanto trabalhadoras e pela aceitação, pelos agentes públicos, da profissão de *agricultora* na declaração para o Censo, na certidão de casamento, na emissão da nota conjunta do produtor e no gozo dos direitos previdenciários (auxílio maternidade e aposentadoria). Apesar de todos esses avanços, muitos funcionários do INSS ou de cartórios ainda resistem, na prática, a reconhecer as mulheres enquanto agricultoras, sem contar os gerentes de banco. Por isso, uma vitória importante do Grito da Terra de 1998 foi a criação de linhas especiais de crédito para mulheres no Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária).

A visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres, porém, são mais restritos na sua relação com a família. A maioria das agricultoras não decide sobre o dinheiro que é fruto de seu suor ou sobre os investimentos que poderiam melhorar suas condições de trabalho. Por exemplo, nas regiões onde são responsáveis por tirar leite, é comum as mulheres terem de cuidar de duas a três vacas, que, somadas, atingem a produção de uma mais produtiva, ou ter de cortar o capim e trazer para os animais, porque não podem decidir sobre um pequeno pedaço de terra para fazer um piquete.

As propostas para enfrentar essa questão ainda são poucas. Geralmente, restringem-se à de que o marido pague um salário à esposa ou divida a terra em lotes individuais a serem explorados em separado pelos membros da família. Essas propostas contrariam a lógica tradicional da agricultura camponesa, de utilizar de forma combinada seu principal recurso disponível, que é a força de trabalho de todos os seus integrantes para garantir sua sobrevivência e reprodução.

Outra questão é a da herança da terra. Mesmo quando nos dirigimos diretamente aos jovens, ela permanece um tabu. A divisão igualitária de tão pouca terra e instrumentos de trabalho

pode significar que nenhum dos filhos e filhas tenha como continuar sua vida na condição de agricultores. Mas, se permanecerem as regras tradicionais, as mulheres continuarão a ser excluídas — destinadas ao convento, a receber uma máquina de costura e uma vaca para viver com a família do marido ou à migração para a cidade em busca de um emprego. A opção por esta última alternativa tem aumentado cada vez mais, e começa a chamar a atenção da sociedade (*Veja*, 05-08-98). A saída das mulheres do campo pode não se explicar somente por uma maior oferta de empregos para mulheres na cidade ou por sua maior escolaridade, mas por uma negação da condição de vida da mãe de família, esposa de agricultor.

Para o delicado problema da herança, a novidade foi trazida pelo Movimento dos Sem Terra, que abriu, pela luta política, a possibilidade de acesso à terra e à condição de agricultor para os filhos, infelizmente não na mesma proporção para as filhas. A luta política cria identidades de classe — os sem terra — e de gênero. Essas identidades parecem, algumas vezes, contraditórias, mas a própria luta cria formas de mediação entre tais interesses, produzindo novas representações sociais. Por exemplo, a pesquisa “Mulheres na Produção do Leite” (Deser-CEMTR/PR, 1996) registrou que os homens que tiram leite, tarefa considerada feminina naquela região do país, eram identificados como “do PT”. Isso significa que maneiras diferentes de viver em família e organizar o trabalho dentro dela, pelo menos na idéia, se associam rapidamente com uma maneira diferente de ver o mundo e querer transformá-lo. Os movimentos sociais podem, portanto, em interação com outras forças, construir na sua ação política respostas para dilemas que ainda não estão conscientemente colocados.

Cabem, ainda, algumas reflexões na tentativa de uma formulação mais próxima da realidade das agricultoras familiares. Para Delma Pessanha (1997), a sobreposição do que move a unidade de produção nos interesses da unidade familiar, e de cada um de seus membros, é simplista e tende a subordinar o

segundo ao primeiro por uma determinação econômica. Esse olhar nos faz entender novas realidades, como, por exemplo, o manejo de pequenas unidades de produção de cana no interior de São Paulo ou do Rio de Janeiro, feito por especialistas com o acompanhamento de apenas um membro da família proprietária, que pode bem ser uma mulher viúva ou solteira.

Mesmo que a família, como uma reunião de sujeitos, e a unidade econômica de produção possam ter movimentos próprios, estes se relacionam e, para fortalecer a autonomia das mulheres, é preciso considerar a maneira como elas se inserem em cada uma dessas dimensões.

Em uma das oficinas que a SOF realizou, conhecemos Rosa, uma mulher solteira que administra a propriedade de sua família, onde ainda vivem sua mãe viúva e seu irmão mais novo. Desde criança, ela preferia ir para a roça a dividir o trabalho ao redor da casa com suas irmãs. Perto do pai, aproveitava para observar e aprender sua forma de agir, de organizar o trabalho, de decidir os negócios. Já adulta, era sempre ela que o agrônomo da ONG local procurava para falar das novidades tecnológicas, pensar propostas para a exploração agrícola de sua família. Foi assim que Rosa montou a criação e o abatedouro de frangos que garante uma renda pequena, mas estável, para o sustento de todos. Na região, um antigo e atuante movimento de mulheres cria o ambiente favorável para que ela não seja a exceção que justifica a regra. Sempre pensando novas formas de produzir, sustentáveis dos pontos de vista financeiro e ecológico, para sua roça e para a comunidade, Rosa tornou-se presidente da associação local de pequenos produtores. A trajetória pessoal e organizada no movimento de mulheres e nas iniciativas alternativas de produção se combinam na história dessa mulher, que construiu para si um destino diferente do de muitas de suas amigas e contemporâneas. Para que outras rosas, margaridas, açucenas floresçam, ainda é preciso que a desigualdade entre os gêneros na sociedade, inclusive na agricultura familiar, não lhes tire o viço.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria José. "Esposa de agricultor na França", *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro : IFCS/UFRJ, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires : Nueva Visión, 1985.

DESER e CEMTR/PR . *Gênero e agricultura familiar*; cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Paraná, 1996.

HEREDIA, Beatriz M. A. de; GARCIA, Marie France e GARCIA Jr, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: —. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis : Vozes, 1984.

MARTINEZ-ALIER, Verena. "As mulheres do caminhão de turma", *Debate e Crítica*, n. 5, São Paulo, março, 1995.

MORAES, Maria Aparecida. *A migração das mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias*. Araraquara, 1987 (mimeo).

MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo : Hucitec, 1978.

"Nordestinas migram mais do que os homens", *Veja*, n. 1558, São Paulo, 05-08-98.

PAULILO, Maria Ignez. "O peso do trabalho leve", *Ciência Hoje*, vol. 5, n. 28, jan.-fev. 1987.

PESSANHA NEVES, Delma. "Agricultura familiar e mercado de trabalho", *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, Rio de Janeiro : CPDA/UFRRJ, abril, 1997.

SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero*. Brasília : IICA, 1992.

TEIXEIRA, Zuleide A. (coord.). "Perspectiva de gênero na produção rural; estudos de política agrícola". *Documentos de Trabalho*, n. 22, Ipea, Brasília, 1994.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília : Hucitec/EdUnb, 1995.



Biba Rigo

Razões das mulheres para dizer não aos transgênicos

Miriam Nobre

Os transgênicos radicalizam o modelo capitalista da chamada “revolução verde”. Este modelo é baseado na monocultura em grandes áreas, mecanização e uso intensivo de insumos externos. O agricultor compra sementes produzidas por empresas privadas a partir do “melhoramento” genético para produtividade. Compra adubo químico, herbicida, praguicidas. Compra tratores, implementos e muito óleo diesel. E para comprar tudo isto, fazem dívidas no banco. O balanço desta “revolução” mostra que a produtividade agrícola média cresceu, mas aumentou a

Publicado em Sob o signo das Bios, ed. E-Papers, 2004.

destruição dos solos, da água, da atmosfera. Milhões de famílias de agricultores perderam suas terras e a fome aumentou. Cresceram as indústrias de insumos que se concentraram em umas poucas multinacionais. As mesmas que agora produzem sementes transgênicas.

A técnica da transgenia parte do princípio de que é possível identificar um gene, ou conjunto de genes, que determina uma característica, em uma relação direta de causa e efeito. A relação entre a base genética e o meio ambiente é desconsiderada e a complexidade da própria base genética é diminuída (Keller, 2000).

As mulheres têm muitas razões para dizer não aos transgênicos, razões estas que dialogam com sua experiência, sua inserção na sociedade e na política. Neste artigo, resgatamos motivações de agricultoras, consumidoras e militantes da resistência à sociedade de mercado.

As agricultoras

A Via Campesina lançou, no Fórum Social Mundial de 2003, a campanha “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”. Uma campanha sobre o tema estava prevista nas resoluções sobre biodiversidade e recursos genéticos da terceira Conferência Internacional da Via, que aconteceu em 2000, na Índia.

Embora esta resolução afirme que os homens criaram a agricultura, é sabido que a agricultura foi criada e desenvolvida pelas mulheres. Pouco visíveis nos documentos, as mulheres da Via Campesina são muito ativas na campanha e atuam com um tom próprio. Algumas delas se identificam com tradições culturais que associam a produção agrícola à reprodução da vida humana. A terra é a mãe, a *pachamama*, e como as mulheres guardam em seu ventre a criança até que esteja madura para nascer, a terra guarda a semente até emergir a planta. Tornam-se, assim, mulheres, por sua capacidade de gerar, de serem guardiãs da semente.

Para além de uma apropriação essencialista da experiência das mulheres com a natureza, é possível encontrar na cultura a relação entre as agricultoras e as sementes. Ainda hoje, na divisão sexual das tarefas na agricultura, as mulheres se ocupam do quintal, da roça, em algumas comunidades do extrativismo, e assim, vêm durante séculos cumprindo o importante papel de preservar a biodiversidade, domesticando sementes, selecionando variedades (Pacheco, 1998).

Os processos de seleção realizados pelas mulheres são motivados pela capacidade de resistência da planta à competição, e do grão à armazenagem, ou às características ligadas à produção do alimento: o feijão que cozinha mais rápido e faz mais caldo, o milho mais adequado à preparação da *tortilla* (Friedman, 2002). É, portanto, um movimento em sentido inverso da seleção operada pelas empresas produtoras de semente que buscam maior produtividade, resposta à adubação e resistência a agrotóxicos utilizados no combate a outras plantas (consideradas invasoras) e pragas.

Além disso, a revolução verde é inimiga das mulheres porque lhes rouba a condição de agricultoras. As atividades que realizam na unidade de produção, que são consideradas complementares, são esvaziadas. A busca da homogeneidade nos campos de produção retira das mulheres a possibilidade da livre experimentação no quintal. A idéia de ordenamento e homogeneidade da agricultura industrial é o avesso das práticas das agricultoras, como se percebe no discriminatório dito popular “mais bagunçado que horta de mulher”.

Um dos pressupostos da capacidade de resistência da agricultura familiar baseia-se na combinação de produtos variados. Esta referência vai perdendo sentido conforme o agricultor se consolida pelos métodos da revolução verde. A busca da produção máxima, seja para ter um bom rendimento, seja para pagar o banco e sobrar algo, leva os agricultores a ocuparem ao máximo a terra com plantios em monocultura. Esta forma de ocupação da terra restringe ao mínimo a área disponível para as mu-

lheres, que têm suas escolhas limitadas pela compatibilidade com a cultura considerada principal. Elas jamais poderão produzir alimentos orgânicos, pois estarão sujeitas à contaminação dos agrotóxicos ou dos genes modificados pelo manejo realizado por seu marido.

As tecnologias da revolução verde têm como fundamento poupar mão-de-obra, que, na verdade, torna-se muito mais intensa nos períodos de colheita. Isto provoca um reordenamento da força de trabalho na família com um deslocamento das mulheres para fora da atividade agrícola (Panzutti, 1992). Nas famílias remediadas, as mulheres são confinadas à função de donas de casa, naquelas em que sua contribuição financeira é essencial, são empurradas para o emprego doméstico.

Observações empíricas e alguns estudos (Pacheco e Camurça, 1998) têm demonstrado que as agricultoras estão mais abertas às práticas agroecológicas. Isto não se explica por uma ligação inerente das mulheres com a natureza, mas pelo fato de as mulheres terem sido excluídas da chamada modernização tecnológica na agricultura. As mulheres nunca foram objeto de atenção dos técnicos-vendedores das empresas de sementes e agrotóxicos, e as atividades da extensão rural oficial, na maioria das vezes, têm como objetivo lhes ensinarem a serem melhores mães e esposas.

A experiência vem mostrando às agricultoras que a revolução verde não é só excludente do ponto de vista de classe, selecionando os agricultores “aptos” entre os considerados “não aptos”, mas também, do ponto de vista de gênero (Shiva, 1991). Elas têm todos os motivos para não acreditarem nos transgênicos. Aquelas que atuam nos movimentos de agricultoras vêm atuando em formas coletivas, como troca de sementes, campos de experimentação, juntando argumentos e forças para pôr em questão as “opções” tecnológicas de seus pais e maridos.

As consumidoras

É comum que nas ações dos movimentos sociais contra os

transgênicos se espere a presença das mulheres consumidoras. Hipoteticamente, as mulheres temeriam pela saúde de sua família e estariam propensas, ao menos, a exigir o direito à informação, com a rotulagem. Ainda mais porque não existem pesquisas isentas e confiáveis que comprovem que os transgênicos não causam riscos à saúde humana. Pelo contrário, há evidências de danos (Ho e Ching, 2003).

A identidade “consumidor” tem um grande significado no sentimento de pertencimento à sociedade em um mundo onde a identidade “trabalhador” é quase uma miragem para a maioria. Mas ainda é necessário avaliar por que esta identidade não se repercute de forma política, a não ser por chamados difusos ao boicote que funcionam quase como uma profissão de fé individual.¹

No Brasil, os movimentos contra a carestia mobilizaram milhares de mulheres em cidades grandes e médias no final da ditadura militar e contribuíram para o questionamento de sua legitimidade. O boicote à carne bovina, por exemplo, chegou a ter impacto no comércio varejista da periferia de São Paulo. A motivação sempre era o abuso dos preços. O movimento de mulheres tem histórias de verdadeiras sublevações que se originaram do questionamento à alta de preços dos produtos alimentícios.²

Mas com exceção das organizações de nutricionistas, o debate é muito mais centrado no preço, no acesso à quantidade de alimentos do que à sua qualidade. O que, em tese, se adequaria ao discurso das empresas de insumos agrícolas de elegia às supersafras como garantia de mais alimento no prato de todos.

As mulheres poderiam estar atentas à qualidade dos alimentos considerando sua própria saúde. Aumentam as evidências de relação entre a contaminação de alimentos por agrotóxicos, adição de hormônios e a maior incidência de câncer de

1 Para uma referência positiva do boicote ao consumo como forma de luta, ver Shaw, 1999.

2 Em 1911, donas de casa da região norte e Pas de Calais na França se recusaram a pagar preços altos pelos alimentos. Elas confiscaram, destruíram alimentos, paralisaram vagões, obrigando os produtores a vender os alimentos pelo preço justo (Tilly e Scott, 1989).

mama. Porém, o excesso de informações fragmentadas dificulta uma reflexão sobre o que se come. Nas campanhas sobre câncer de mama ou informes sobre displasias mamárias, pouco se fala sobre sua relação com a alimentação (SOF, 2000).

O equivalente da revolução verde no consumo alimentar é o horizonte do alimento único, que atenda a todas as necessidades facilmente, a busca de um mingau para a merenda escolar que responda a todas as necessidades nutricionais de uma só vez. O sanduíche bem mole dos *fast food* que não temos o trabalho de mastigar. Alimentar-se é visto como uma perda de tempo, e a tendência a maximizar o tempo do trabalhador à disposição da empresa se estende para os momentos de lazer (Fontenelle, 2002). E por fim, há os transgênicos nutricionais, como o arroz dourado, a banana que combate diarreia.

O feminismo herdeiro da ilustração, muitas vezes, tropeçou no mito do progresso, como se o avanço tecnológico na dominação da natureza fosse fundamental à emancipação das mulheres (Mies, 1997). Este argumento foi mais desenvolvido sobre a reprodução biológica, mas também encontrou eco no debate sobre o trabalho doméstico. Muitas vezes, substituímos o embate pela responsabilidade coletiva e divisão do trabalho doméstico por sua simplificação. É certo que o que é considerado necessário no trabalho doméstico tem uma forte carga cultural e ideológica, sempre com um conteúdo de subordinação das mulheres, cobradas a demonstrar seu afeto por meio de sua dedicação às tarefas domésticas (Hirata, 2004). Mas a redução no tempo do preparo dos alimentos não significou necessariamente mais tempo para si, mas mais tempo no trânsito ou jornadas maiores no emprego.

A sincronia entre indústria de insumos, produção agrícola e processamento dos alimentos evolui em direção a uma matéria prima única indiferenciada (Siliprandi, 2003). O objetivo é suplantar as restrições de época, a heterogeneidade na forma, na cor, no sabor. O ideal é a homogeneidade da cultura transgênica, todo um campo oriundo da mesma semente mãe. Porém,

se uma rota é de simplificação, a outra é a dos gourmets, do mercado da gastronomia com a regulamentação de processos e ingredientes para alimentos diferenciados e muito caros. E onde, muitas vezes, dominam os homens.

Para a maioria das mulheres, a dúvida e a desconfiança quanto aos transgênicos não encontra canal de expressão. Pois, por mais que nas prateleiras do supermercado apareçam mais e mais produtos, as escolhas são restritas.

Resistindo à sociedade de mercado

As razões que motivam muitas ativistas a protestar contra os transgênicos situam-se no âmbito da denúncia e da resistência à expansão das relações de mercado para todas as dimensões da vida humana.

A constituição do sistema capitalista se deu pela transformação do trabalho humano, da terra, e do próprio capital em mercadoria. O processo de transformar a terra em mercadoria provocou seu cercamento, e a condenação de milhares de pessoas à fome, para que não tivessem nada mais a fazer se não vender sua força de trabalho aos capitalistas (Polanyi, 1980). Ao longo da história, novos cercamentos vêm acontecendo. A semente é um deles. Sua capacidade auto-regenerativa vem sendo cercada, primeiro pelas sementes melhoradas, cujos grãos não se comportavam tão bem como sementes. E agora pelos transgênicos, cercados pelas leis de patentes e pela ameaça do gen *terminator* que torna o grão estéril.

Um processo de cercamento e concentração no monopólio de poucas empresas – as mesmas inimigas das mulheres, que fazem de nosso corpo laboratório e fonte permanente de lucros. Produzem hormônios sintéticos vendidos como promessa de eterna juventude, medicalizam as fases da vida e realizam um intenso trabalho de propaganda. Hoje, vivemos um retrocesso em que muitas mulheres, e em especial as mais jovens, vivem em contradição com a menstruação, o que se manifesta nas cólicas, nas TPMs.

A luta das mulheres pelo controle de seu corpo se manifesta nas relações interpessoais e também nas estruturas sociais. Uma delas é a contra-ofensiva à propaganda ideológica destas empresas. No *Boletim Mulher e Saúde*, denunciemos os truques de vendas de hormônios sintéticos da indústria farmacêutica na relação com médicos e meios de comunicação (SOF, 2000). Caberia trabalho semelhante em relação aos transgênicos. A Monsanto, numa pura operação de inversão de sentidos, veiculou uma propaganda em que uma mulher negra vestida como uma inglesa em um safári na África e em meio a uma bela paisagem, segurava um cartaz com uma frase: quem defende a natureza defende os transgênicos.

A operação de colar os transgênicos à imagem de técnica “amiga da natureza”, justamente o inverso do real, é similar à de outras empresas que atuam e constroem a imagem do mundo urbano, como o McDonald’s ou a Coca-Cola. A “industrialização” da agricultura aproxima o meio rural do modo de ser e da cultura urbana em seus piores significados. Olhando extensos campos de soja, escutando os argumentos dos defensores das sementes transgênicas, é possível compartilhar a preocupação de Theodor Adorno quanto à semelhança entre os grandes aeroportos do mundo. “Num mundo organizado e racional, o qualitativamente diverso... só é objeto de repressão pela unidade da razão tecnológica” (citado por Fontenelle, 2002). A luta contra os transgênicos é, portanto, constitutiva do movimento anti-globalização.

Desafios

Um primeiro desafio é articular as várias razões da resistência aos transgênicos em uma mobilização coordenada, e ampliá-la no debate com o conjunto dos movimentos sociais. Para tanto, é fundamental questionar, na esquerda, as ilusões do desenvolvimento e da existência de progresso técnico independente das relações sociais. Ou seja, a ciência e a tecnologia não são neutras, elas são desenvolvidas tendo como fim aumentar

a lucratividade do capital. Elas também são neutras do ponto de vista de gênero, servem à manutenção das relações de dominação não só capitalistas, mas patriarcais e racistas.

Um segundo desafio é acompanhar as atividades de multinacionais como Monsanto, Novartis: na relação com os governos, com as instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão, suas tentativas de ganhar legitimidade por meio de propaganda enganosa ou programas de pretensa inclusão social. E cruzá-las com informações produzidas por observatórios independentes em outros países, demonstrando a estratégia global destas empresas.

Por fim, é necessário avançar no debate para, a partir deste exemplo concreto – a imposição das sementes transgênicas como modelo hegemônico -, compreender as inter-relações entre as tentativas de controle patriarcal do corpo, do tempo e do trabalho das mulheres e de expansão ilimitada do capital.

Referências bibliográficas

FONTENELLE, I. O nome da marca. McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo, Boitempo editorial, 2002.

FRIEDMAN, H. Refazendo "tradições": mudanças na economia política da alimentação. In: FARIA, N. e NOBRE, M. (org.) *Economia Feminista*. São Paulo, SOF, 2002.

HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária? In: Silveira, M. e Godinho, T. (org.) *Gênero e Feminismo. Desvelando trajetórias*. São Paulo, CEM, 2004.

HO, M. e CHING, L. The case for a GM free sustainable world. Londres, ISIS, TWN, 2003.

KELLER, E. The century of the gene. Londres, Harvard University Press, 2000.

MIES, M. El mito de la recuperación del retraso em el desarrollo. In: MIES, M. e SHIVA, V. *Ecofeminismo. Teoría, crítica e perspectivas*. Icaria, Antrazyt, Barcelona, 1997.

PACHECO, M. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE, M. e outras (org.) *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo, SOF, 1998.

PACHECO, M. e CAMURÇA, S. Programa integrado de capacitação em

gênero: desenvolvimento, democracia e políticas públicas: quarto caderno: experiências rurais. Rio de Janeiro, FASE, 1998.

PANZUTTI, N. As mulheres na produção familiar do algodão em Leme (1960-1990). *Dissertação de Mestrado Depto. de Sociologia IFCH/Unicamp*. Campinas, 1992.

POLANYI, K. A grande transformação. Rio de Janeiro, ed. Campus, 1980.

SHAW, L. Há motivos para uma nova solidariedade? In: FARIA, N. e NOBRE, M. (org) *O trabalho das mulheres*. São Paulo, SOF, 1999.

SILIPRANDI, E. Políticas de alimentação e papéis de gênero. FARIA, N. e NOBRE, M. (org). São Paulo, SOF, 2003.

SOF: Cuide bem dos seus seios sem descaso nem pânico. *Boletim Mulher e Saúde*, nº 25. São Paulo, 2000.

SOF: Hormônio: é melhor tomar cuidado. *Boletim Mulher e Saúde*, nº 23. São Paulo, 2000.



Dia Internacional da Mulher: em busca da memória perdida

Maria Lúcia Silveira

A referência histórica principal das origens do Dia Internacional da Mulher é a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres. Nessa resolução, não se faz nenhuma alusão ao dia 8 de março. Clara apenas menciona seguir o exemplo das socialistas americanas. É certo que, a partir daí, as comemorações começaram a ter um caráter internacional, expandindo-se pela Europa, a partir da organização e iniciativa das mulheres socialistas.

Essa e outras fontes históricas intrigaram a pesquisadora Renée Coté, que publicou em 1984, no Canadá, sua instigante pesquisa em busca do elo ou dos elos perdidos da história do dia internacional das mulheres.

Renée, em sua trajetória de pesquisa, deparou com a história das feministas socialistas americanas que tentavam resgatar do turbilhão da história de lutas dos trabalhadores no final do século XIX e início do século XX, a intensa participação das mulheres trabalhadoras, mostrar suas manifestações, suas greves, sua capacidade de organização autônoma de lutas, destacando-se a batalha pelo direito ao voto para as mulheres, ou seja, pelo sufrágio universal. A partir daí, levanta hipóteses sobre o porquê de tal registro histórico ter sido negligenciado ou se perdido no tempo.

O que nos fica claro, a partir de sua pesquisa das fontes históricas, é que a referência de um 8 de março ou uma greve de trabalhadoras americanas, manifestações de mulheres ou um dia da mulher, não aparece registrada nas diversas fontes pesquisadas no período, principalmente nos jornais e na imprensa socialista.

Houve greves e repressões de trabalhadores e trabalhadoras no período que vai do final do século XIX até 1908, mas nenhum desses eventos até então dizem respeito à morte de mulheres em Nova York, que teria dado origem ao dia de luta das mulheres. Tais buscas revelam, para Coté, que não houve uma greve heróica, seja em 1857 ou em 1908, mas um feminismo heróico que lutava por se firmar entre as trabalhadoras americanas. Em busca do 8 de março, retrçou a luta pela existência autônoma das mulheres socialistas americanas.

As fontes encontradas revelam o seguinte: em 3 de maio de 1908, em Chicago, comemorou-se o primeiro Dia da Mulher (*Woman's Day*), presidido por Lorine S. Brown, documentado pelo jornal mensal *The Socialist Woman*, no Garrick Theater, com a participação de 1500 mulheres que “aplaudiram as reivindicações por igualdade econômica e política das mulheres; no dia consagrado à causa das trabalhadoras”. Enfim, foi dedicado à causa das operárias, denunciando a exploração e a opressão das mulheres, mas defendendo, com destaque, o voto feminino. Defendeu-se a igualdade dos sexos, a autonomia das mulheres, portanto, o voto das mulheres, dentro e fora do partido.

Já em 1909, o Dia da Mulher foi atividade oficial do partido socialista e organizado pelo comitê nacional de mulheres, comemorado em 28 de fevereiro de 1909. A publicidade da época convocava o “*woman suffrage meeting*”, ou seja, em defesa do voto das mulheres, em Nova York.

Coté apura que as socialistas americanas sugerem um dia de comemorações no último domingo de fevereiro, portanto, o Dia da Mulher teve várias datas no início, mas foi ganhando a adesão das mulheres trabalhadoras, inclusive grevistas, e teve participação crescente.

Os jornais noticiaram o Dia da Mulher em Nova York em 27 de fevereiro de 1910, com 3000 mulheres no Carnegie Hall, onde se reuniram as principais associações em favor do sufrágio, convocado pelas socialistas, mas com participação de mulheres não socialistas.

Consta que houve uma greve longa dos operários têxteis de Nova York (*shirtwaist makers*), que durou de novembro de 1909 a fevereiro de 1910. Dos grevistas, 80% eram mulheres, e essa greve terminou 12 dias antes do Dia da Mulher. Essa foi a primeira greve de grande amplitude na qual as protagonistas eram as mulheres, mobilização que denunciou as condições de vida e trabalho e demonstrou a coragem das mulheres costureiras, que receberam apoio massivo. Muitas dessas operárias participaram do Dia da Mulher e engrossaram a luta pelo direito ao voto das mulheres (conquistado em 1920 em todos os Estados Unidos).

Clara Zetkin, socialista alemã, propôs que o Dia da Mulher ou Dia das Mulheres se torne “uma jornada especial, uma comemoração anual de mulheres, seguindo o exemplo das companheiras americanas”. Sugeriu ainda, num artigo do jornal alemão *Diegleichheit*, de 28/08/1910, que o tema principal fosse a conquista do sufrágio feminino.

Em 1911, o Dia Internacional das Mulheres foi comemorado pelas alemãs em 19 de março; e pelas suecas, junto com o primeiro de maio – enfim, em diferentes datas nos países. Em 1913, na Rússia, sob o regime czarista, foi realizada a Primeira Jornada Internacional das Trabalhadoras pelo sufrágio feminino. As operárias russas participaram da jornada em Petrogrado e foram reprimidas. Em 1914, todas as organizadoras da Jornada ou Dia Internacional das Mulheres na Rússia foram presas, o que tornou impossível a comemoração. Nesse mesmo ano, o Dia Internacional das Mulheres na Alemanha foi dedicado ao direito ao voto feminino, e foi comemorado pela primeira vez no dia 8 de março, ao que consta, porque foi uma data mais prática naquele ano.

As socialistas européias coordenavam as comemorações em torno do direito ao voto vinculando-o à emancipação política das mulheres, mas a data era decidida em cada país. Em tempos de guerra, o dia internacional das mulheres passou a segundo plano na Europa.

Outra referência instigante, que leva à indicação da origem da fixação do dia 8 de março, foi a ligação dessa data com a participação ativa das operárias russas em ações que desencadearam a revolução russa de 1917. Portanto, uma ação política das operárias russas no dia 8 de março, no calendário gregoriano, ou 23 de fevereiro, no calendário russo, precipitou o início das ações revolucionárias que tornaram vitoriosa a revolução russa.

Alexandra Kolontai, dirigente feminista da revolução socialista na Rússia, escreveu sobre o fato e sobre o 8 de março, mas, curiosamente, desapareceu da história do evento. Diz ela: “O dia das operárias, em 8 de março de 1917, foi uma data memorável na história. A revolução de fevereiro acabara de começar”. O fato também é mencionado por Leòn Trotsky, dirigente da revolução, em *A História da Revolução Russa*. Nessas narrativas, fica claro que as mulheres desencadearam a greve geral, saindo corajosamente às ruas de Petrogrado no Dia Internacional da Mulher, contra a fome, a guerra e o czarismo. Trotsky diz: “Dia 23 de fevereiro (8 de março), era o Dia Internacional das Mulheres, e estavam programados atos, encontros, etc. Mas não imaginávamos que esse dia das mulheres viria a inaugurar a revolução. Estavam planejadas ações revolucionárias, mas sem data prevista. Pela manhã, a despeito das diretivas, as operárias têxteis de várias fábricas deixaram o trabalho e enviaram delegadas para solicitarem sustentação da greve... o que se transformou em greve de massas.... todas desceram às ruas”.

Constata-se que a revolução foi desencadeada por elementos de base que superaram a oposição das direções, e a iniciativa foi das operárias mais exploradas e oprimidas, as têxteis. O número de grevistas foi em torno de 90.000, a maio-

ria, mulheres. Constata-se que o dia das mulheres foi vencedor, pleno, e não houve vítimas.

Renée Coté encontra, por fim, documentos de 1921 da Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, na qual “uma camarada búlgara propõe o 8 de março como data oficial do dia internacional da mulher, lembrando a iniciativa das mulheres russas”. A partir de 1922, o Dia Internacional da Mulher é celebrado oficialmente no dia 8 de março.

Essa história se perdeu nos grandes registros históricos seja do movimento socialista, seja dos historiadores do período. Faz parte do passado histórico e político das mulheres e do movimento feminista de origem socialista no começo do século.

Algumas feministas européias da década de 1970, por não encontrarem referência concreta às operárias têxteis mortas em um incêndio em 1857, em Nova York, chegaram a considerá-lo um fato mítico. Mas essa hipótese foi descartada diante de tantos fatos e eventos vinculando as origens do Dia Internacional da Mulher às mulheres americanas de esquerda.

Quanto aos elos perdidos dos fatos em torno do dia 8 de março, levantam-se várias hipóteses, em busca de mais aprofundamento. É certo que, nos Estados Unidos, em Nova York, as operárias têxteis já denunciavam as condições de vida e trabalho, já faziam greves. E esse momento de organização das trabalhadoras faz parte de todo um processo histórico de transformações sociais que colocou as mulheres em condições de lutarem por direitos, igualdade e autonomia participando do contexto social e político que motivou a existência de um dia de comemoração que simbolizasse suas lutas, conquistas e necessidade de organização. É preciso, pois, entretecer os fios da história desse período.

Desse contexto, surge um dos relatos a ser precisado em suas fontes documentais, sintetizado por Gládis Gassen, (em texto para as trabalhadoras rurais da FETAG), nos indicando que, em março de 1911, dezoito dias após o Dia da Mulher, não em 1857, “numa mal ventilada indústria têxtil, que ocupava os três

últimos de um edifício de dez andares, na Triangle Schirwaist Company, de Nova York, estalou um incêndio que envolveu quinhentas mulheres jovens, judias e italianas imigrantes que trabalhavam precariamente, com o assoalho coberto de materiais e resíduos inflamáveis, o lixo amontoado por todas as partes, sem saídas em caso de incêndio, nem mangueiras para água. Para impedir a interrupção do trabalho, a empresa tranca-va à chave a porta de acesso à saída. Quando os bombeiros conseguiram chegar onde estavam as mulheres, 147 já tinham morrido, carbonizadas ou estateladas na calçada da rua, para onde se jogavam em desespero. Após essa tragédia, nomeou-se a Comissão Investigadora de Fábricas de Nova York, que tinha sido solicitada havia cinquenta anos! E se iniciaram, assim, as legislações de proteção à saúde e à vida das trabalhadoras. A líder sindical Rosa Scneiderman organizou 120 mil trabalhadoras no funeral das operárias para lamentar a perda e declarar solidariedade a todas as mulheres trabalhadoras”.

Assim, embora seja necessário continuar a procurar o fio da meada, é certo que todo um ciclo de lutas, numa era de grandes transformações sociais, até as primeiras décadas do século XX, tornaram o dia internacional das mulheres o símbolo da participação ativa das mulheres para transformarem a sua condição e transformarem a sociedade.

Estamos nós assim, anualmente, como nossas antecessoras, comemorando nossas iniciativas e conquistas, fazendo um balanço e atualizando nossa agenda de lutas pela igualdade entre homens e mulheres e por um mundo onde todos e todas possam viver com dignidade e plenamente.

Referências bibliográficas

COTE, Renée. (1984) La Journée internationale des femmes ou les vrais dates des mystérieuses origines du 8 de mars jusqu'ici embrouillés, truquées, oubliées : la clef des énigmes. *La vérité historique*. Montreal: Les éditions du remue ménage.

GASSEM, Gladis. (2000) Ato de solidariedade a mulher trabalhadora Ou, *Afrodite surgindo dos mares*. 8 de Março de 2000. Organização das Trabalhadoras Rurais. FETAG/RS.



www.sof.org.br

